

# Os caminhos da economia brasileira

Elcio Anibal de Lucca\*

A economia brasileira em 2002 foi capitaneada pelas expectativas políticas internas e pelos acontecimentos mundiais. A aversão ao risco e a preferência pela liquidez foram denominadores comuns globais e cautela foi a palavra de ordem. Atitude até certo ponto justificada, considerando-se algumas heranças de 2001 como as fraudes contábeis corporativas e a questão do terror, dentre outras, que adentraram 2002. O conturbado panorama internacional definiu posições defensivas potencializadas na maior parte dos investidores que, longe da racionalidade econômica, se abstiveram de identificar oportunidades.

Como resultado, o desaquecimento das principais economias internacionais acentuou-se em 2002, o que nos leva a esperar um crescimento mundial da ordem de 1,5% no próximo ano. Novamente, o Brasil deve apresentar uma evolução do PIB próxima à média global. Mesmo com os entraves externos e diante da escassez de divisas para se autofinanciar, o Brasil obteve apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), como prova de credibilidade em seus fundamentos macroeconômicos.

As incertezas apontadas pelo mercado ao longo dos sete meses do processo eleitoral não se concretizaram, porém, ficou evidente que a democracia é o sustentáculo institucional da nação. Ainda que 2002 transfira alguns desafios econômicos para o próximo governo, sobretudo no controle da inflação e na resistência à adoção dos mecanismos de reindexação de preços e salários, o ano acumula feitos relevantes na área externa.

O excelente desempenho da balança comercial contou com alguns fatores conjunturais, como o câmbio sobrevalorizado e a menor atividade econômica que implicou na redução das importações e, ao mesmo tempo, promoveu a rápida resposta empresarial na substituição das importações de acordo com o conceito moderno, isto é, baseada em oportunidades e eficiência e não em protecionismo. Cabe destacar o setor de agrobusiness que, mesmo com as barreiras tarifárias e não-tarifárias de alguns parceiros comerciais, conquistou mercados e atingiu produtividade excepcional. Na mesma direção, o balanço de serviços teve seu déficit reduzi-



do por conta da queda nas despesas com fretes e viagens ao exterior. Como consequência, a vulnerabilidade externa do País foi reduzida. Nesse tocante, parece claro que novo desafio se apresenta à próxima equipe econômica, conciliar a maior participação do Brasil no intercâmbio mundial com crescimento do mercado interno.

Na análise setorial de 2002, de acordo com os estudos da Serasa, os quais avaliam balanços de 3 mil empresas em todo o território nacional, o destaque fica para a indústria, que, com atividade voltada

principalmente para as exportações, registrou evolução de vendas de 1,8% e teve rentabilidade de 5,5%, terceiro melhor indicador dos últimos dez anos. A indústria, de forma geral, manteve os in-

vestimentos iniciados nos últimos dois anos, razão do maior endividamento de longo prazo do segmento.

O comércio sofreu com a queda da renda do consumidor, com a evolução real do crédito em razão inferior ao ano passado e com a combinação câmbio e juros, registrando um recuo nas vendas de 2,6% e a segunda pior rentabilidade desde dezembro/92, com 0,8%. O perfil de endividamento do comércio continuou concentrado no curto prazo, com aumento de cinco pontos percentuais.

O setor de Serviços foi o mais prejudicado pela conjuntura (câmbio e juros), pela menor atividade econômica e pela falta de espaço para reajuste de seus preços, além de ter que cumprir um intensivo programa de investimentos (telecomunicações e energia). O segmento teve recuo de 5,4% nas vendas, margem de rentabilidade negativa de 16,6%, a pior em dez anos, e o endividamento crescente no longo prazo, 23 pontos percentuais sobre 2001.

A performance das empresas brasileiras pouco se diferencia das do exterior, visto que a deflação e a recessão se ampliam nas economias centrais e na norte-americana, única capaz de alavancar o crescimento mundial, mas que não mostra sinais consistentes de recuperação. No entanto, no Brasil, outras variáveis não quantificáveis devem ser consideradas, como: a qualidade empresarial, a criatividade da população, a restauração da autoestima, o reinício do sentimento nacional positivo, a multiplicação das ações de responsabilidade social e a exemplar transição política.

Em relação a esse conjunto de atributos, deve-se salientar que o governo que assume demonstra, por meio da formação de sua equipe, a independência das cores partidárias, sem o abandono de suas ideologias e com respeito à competência e à inteligência. Deve-se considerar, também, que a atitude

empresarial nos últimos tempos, em todos os setores - primário, secundário e terciário -, estabelece uma visão compartilhada, em detrimento das ações individuais, nos diversos temas. Assim, muitos compreendem que a responsabilidade social é o resultado econômico-financeiro que a sustente competem a todos.

Exemplo dessa postura que reúne empresários, governos e organizações não-governamentais (-ONGs) é o Movimento Brasil Competitivo (MBC), entidade que tem a missão de "contribuir expressivamente para a melhoria da competitividade das organizações privadas e da qualidade e produtividade das organizações públicas, de maneira sustentável, elevando a qualidade de vida da população brasileira. O MBC é muito pontual e inovador ao difundir os preceitos da competitividade e da excelência aliados à qualidade de vida, sendo esta, também, um componente da competitividade.

Os primeiros anos do novo governo serão repletos de desafios, como as reformas estruturais (da Previdência, administrativa e tributária) e institucionais (do Judiciário e da política), e representarão períodos preparatórios para o crescimento sustentável. A Serasa fez uma pesquisa com lideranças empresariais, em 27 de novembro passado, sobre as expectativas econômicas para o final de 2003, na qual obteve os seguintes resultados: a Selic estará entre 15% e 18%; o dólar terá uma cotação entre R\$ 3,31 e R\$ 3,60; os palpites sobre a inflação dividi-

ram-se entre dois patamares 6% a 10% e entre 11% a 15%; o PIB crescerá entre 1,5% e 2,5%; a disponibilidade de crédito será maior que em 2002 e haverá expansão do emprego em relação ao ano anterior.

Essas opiniões podem ter mudado significativamente com a divulgação da estrutura do próximo governo, a qual certamente contribui para uma nova leitura e para a reversão das expectativas menos otimistas. Resta esperar, pois se o Brasil não for já expressão econômica mundial, daqui a pouco será. Mais importante é que os agentes econômicos compreendam que, como mostram as histórias de sucesso, as oportunidades são proporcionais ao tamanho do risco.

\* Administrador pela FGV/SP e presidente da Serasa S.A.